



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sistema Informatizado Web-Gestão Tributária – Consultoria de Gestão Tributária

Em observância ao princípio da legalidade e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, este documento constitui o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a contratação de um software online de Gestão Tributária. Este ETP é elaborado com a finalidade de assegurar uma contratação eficiente, eficaz, e alinhada aos melhores interesses públicos, demonstrando a aderência ao planejamento estratégico institucional e a observância dos princípios de economicidade, eficiência, e efetividade.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA DEMANDA

- 1.1. **Unidade Requisitante/Demandante: Coordenação de Liquidação/DFA**
- 1.2. **Responsável pela formalização da demanda: Amanda Cruz Feitosa e Almeida**
- 1.3. **Diretoria/Coordenadoria: COLIQ/DFA**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO

O ambiente tributário brasileiro, de elevada complexidade e sujeito a constantes evoluções legislativas, demanda uma gestão tributária altamente eficaz que assegure tanto a conformidade legal quanto a eficiência operacional. A necessidade de permanecer em consonância com as normativas vigentes, que frequentemente mudam, exige ferramentas especializadas capazes de atualizar e aplicar corretamente as disposições tributárias.

Neste cenário, a Coordenação de Liquidação (COLIQ) busca reforçar a solidez de suas bases e decisões nos processos de pagamento e administração tributária. Desde 2019, o Tribunal de Justiça da Bahia conta com o software online "Gestão Tributária", fornecido pela Open Soluções Tributárias LTDA sob o Contrato nº 45/19-S. Este serviço tem sido fundamental para aprimorar a conformidade fiscal e tributária do Tribunal, facilitando a aderência às complexas regulamentações e assegurando a legalidade de todas as atividades fiscais executadas. A experiência acumulada ao longo desses anos com a Open Soluções Tributárias LTDA demonstrou não apenas a adequação da solução às nossas necessidades, mas também um alinhamento preciso com os objetivos estratégicos de eficiência administrativa.

A procura por essa solução tecnológica especializada é motivada pela necessidade de precisão nas decisões tributárias, a minimização de riscos fiscais e a manutenção da integridade financeira. O sistema de gestão tributária planejado não apenas atende às necessidades específicas da COLIQ, mas também suporta as funções das Unidades Gestoras (CEDESC, UNICORP, CONSU, COAUD, SETIM, DSG e DEA), que demonstram uma demanda premente por essa solução, facilitando assim uma gestão fiscal coesa e adaptada às exigências legais e às mudanças regulatórias.

A contratação do software de gestão tributária será realizada por inexigibilidade, conforme fundamentado pelo art. 74 da Lei nº 14.133/2021, devido à exclusividade demonstrada pela Open Soluções Tributárias LTDA no fornecimento deste software específico, comprovada por um atestado de exclusividade expedido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO). A notória especialização da empresa é adicionalmente corroborada pelos diversos



atestados de capacidade técnica anexados aos autos, que destacam a competência e a expertise da empresa em fornecer consultoria tributária a vários órgãos públicos.

Portanto, a renovação da contratação do software especializado em gestão tributária é imperativa para assegurar a continuidade dos serviços que são essenciais para a administração tributária eficiente do egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, garantindo conformidade com as normativas aplicáveis e otimizando a gestão de recursos públicos.

3. DEMONSTRAÇÃO DE PREVISÃO E NO PAC E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação do software online de Gestão Tributária alinha-se perfeitamente ao Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, conforme delineado na Resolução nº 03 de 24 de março de 2021, que estabelece a Estratégia do Poder Judiciário do Estado da Bahia para o sexênio 2021-2026. Este alinhamento estratégico é evidenciado pela contribuição direta do software aos objetivos estipulados para otimizar a gestão orçamentária e financeira do PJBA, respondendo aos princípios constitucionais da administração pública de adequação dos gastos e eficácia na prestação jurisdicional.

Especificamente, a aquisição deste software de Gestão Tributária responde ao objetivo de "Implantar, anualmente, ao menos 1 (um) aparato tecnológico que dê suporte ou aperfeiçoamento à gestão orçamentária e financeira", servindo como uma ferramenta essencial para o aprimoramento da eficiência na administração dos recursos tributários.

Além disso, destaca-se que esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2024, disponível em <[Plano Anual de Contratações 2024 V3.0.pdf \(tjba.jus.br\)](http://tjba.jus.br)>, *pág 11*. Seguem detalhes conforme o PAC:

- **Unidade Gestora:** DFA
- **Objeto:** Contrato de serviços de consultoria
- **Descrição:** Prestar serviços continuados de consultoria
- **Ação Orçamentária:** 2000
- **Valor Estimado:** R\$ 7.188,00
- **Justificativa:** Serviços continuados de consultoria, mediante licença anual de uso do software denominado “gestão tributária”, voltada a prestação dos serviços da área de retenções tributárias.
- **Prioridade:** Alta

Dessa forma, resta demonstrada que esta aquisição é uma medida estratégica que se insere no esforço contínuo do PJBA para aprimorar sua gestão orçamentária e financeira e encontra previsão no plano anual de contratações do ano vigente.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

A contratação do sistema “GESTÃO TRIBUTÁRIA” visa instrumentalizar o Tribunal de Justiça da Bahia com uma ferramenta tecnológica avançada, garantindo acesso a informações e operações críticas na área de tributação de forma segura, eficiente e conforme às exigências legais. A seguir, apresentamos os requisitos mínimos que o sistema deve cumprir:

a. Acesso via Internet: O sistema deve ser acessível através de navegador web, permitindo o acesso remoto de qualquer localização, desde que haja conexão à internet.





b. Acesso Autenticado: O acesso ao sistema deverá ser restrito e controlado por meio de autenticação com login e senha, garantindo a segurança da informação e a individualização do acesso dos usuários autorizados.

c. Exclusividade de Login/Senha: As credenciais de login e senha serão de uso exclusivo do Tribunal de Justiça da Bahia, não sendo permitido seu compartilhamento com outras entidades públicas, assegurando assim a confidencialidade e integridade dos dados acessados.

d. Acesso a Informações Tributárias Relevantes: O sistema deve oferecer informações detalhadas e atualizadas sobre a legislação tributária aplicável, incluindo, mas não se limitando a, os principais impostos e contribuições incidentes na fonte tais como INSS, IRRF e ISS, proporcionando uma base de conhecimento abrangente para a tomada de decisão.

e. Simulador de Tributação: Simulador de retenção de tributos, que permitirá aos usuários calcular de forma precisa as retenções de tributos incidentes sobre os diferentes tipos de pagamentos e serviços contratados. O simulador deverá oferecer resultados instantâneos, incluindo a indicação dos valores a serem retidos para cada tributo aplicável. Adicionalmente, deve ser possível a emissão de relatórios em formato PDF para cada consulta ou simulação realizada, facilitando o registro e a posterior consulta das operações.

Estes requisitos são fundamentais para assegurar que o sistema "GESTÃO TRIBUTÁRIA" atenda às necessidades específicas do Tribunal de Justiça da Bahia, proporcionando uma ferramenta eficaz na gestão e na consulta das obrigações tributárias, alinhada aos objetivos de modernização, segurança da informação e eficiência administrativa.

5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no Plano Anual de Contratações de 2024 e com base nas contratações realizadas em 2019 até 2023; para atender as necessidades operacionais e estratégicas do TJBA, propõe-se a contratação de uma assinatura anual com a possibilidade de acesso de até 6 (seis) usuários, pertencentes ao Tribunal.

Estima-se que o número de usuários atenda a necessidade de garantir que as principais áreas envolvidas na gestão e fiscalização tributária tenham acesso ininterruptos ao sistema, facilitando a consulta.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado um levantamento de mercado para identificar as alternativas viáveis que atendessem a essa demanda que identificou três principais vias de abordagem: capacitação e treinamento contínuo dos servidores, contratação de consultoria especializada em tributação, e adoção de um software de gestão tributária especializado.

Alternativas viáveis:

1. Capacitação e Treinamento Contínuo:

A capacitação e o treinamento contínuo dos servidores são essenciais para manter a equipe atualizada sobre as últimas mudanças na legislação tributária e melhores práticas no setor. No entanto, por si só, esta abordagem não aborda integralmente as necessidades operacionais do Tribunal. O treinamento oferece melhorias no conhecimento e competências individuais mas não resolve questões de eficiência operacional e automatização dos processos de retenção tributária. Além disso, a natureza dinâmica da legislação tributária exige uma solução que possa se adaptar rapidamente a mudanças, algo que o treinamento contínuo não





pode garantir de forma isolada. Portanto, embora seja uma parte importante da estratégia geral, por si só, não é suficiente para atender às necessidades do Tribunal.

2. Consultoria Especializada em Tributação:

A consultoria especializada pode oferecer suporte em situações tributárias complexas. Contudo, do ponto de vista econômico, esta abordagem se mostra mais onerosa, especialmente considerando a necessidade de atender ao amplo universo do Tribunal, que inclui 12 unidades gestoras e diversas unidades no interior. A consultoria pode não oferecer a cobertura abrangente e a disponibilidade imediata que o Tribunal necessita para todas as suas unidades. Assim, enquanto a consultoria pode ser útil como uma solução auxiliar para casos específicos, ela não se apresenta como a alternativa mais eficaz ou econômica para a gestão tributária de forma contínua e abrangente.

3. Sistema de Gestão Tributária:

A adoção de um software de gestão tributária especializado emerge como a solução mais adequada para os desafios enfrentados pelo Tribunal. Esta alternativa não só atende à necessidade de atualização e aplicação automáticas das normativas tributárias, mas também oferece uma plataforma integrada para a gestão eficiente e precisa das atividades tributárias. Além disso, a análise de custo-benefício favorece a implementação de um sistema especializado, considerando o investimento inicial versus a redução de custos operacionais a longo prazo, e a economia gerada pelo menor custo de contratação comparado à Consulta Especializada. Portanto, tecnicamente e economicamente, o software de gestão tributária representa a opção mais viável e sustentável para atender às necessidades do Tribunal de forma abrangente e eficaz.

Haja vista a exclusividade demonstrada pela Open Soluções Tributárias LTDA no fornecimento deste software específico, comprovada por um atestado de exclusividade expedido pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO), a contratação do software de gestão tributária necessitará ser contratada na modelagem de inexigibilidade, dada a ausência de soluções equivalentes disponíveis no mercado que possam ser adquiridas por meio de processos licitatórios tradicionais.

Portanto, diante da necessidade específica e da análise de mercado realizada, o Tribunal de Justiça da Bahia conclui que a contratação do software “Gestão Tributária” da Open Soluções Tributárias Ltda é não só a alternativa que melhor atende às exigências, mas também um sistema de fornecimento exclusivo para a contratação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

Conforme previsto no Plano Anual de Contratações de 2024 e baseando-se nas contratações realizadas pelo Tribunal de Justiça da Bahia de 2019 a 2023, propõe-se a contratação de uma assinatura anual do software “Gestão Tributária” com acesso para até 6 (seis) usuários.

O valor inicialmente estimado para esta contratação era de R\$ 7.188,00, conforme o contrato firmado em 2019. No entanto, houve uma atualização nos valores praticados pela Open Soluções Tributárias LTDA, que agora oferece o mesmo plano pelo valor de R\$ 8.388,00.

Para demonstrar a viabilidade e a vantagem financeira da nova proposta, realizamos uma comparação com o valor ajustado conforme a tabela Gilberto Melo (fator de correção aplicado pela Justiça Estadual). Se atualizado pelo fator de correção, o valor do contrato 2019 seria de R\$ 9.318,55. Portanto, o valor atual de R\$ 8.388,00 é significativamente menor do que o valor ajustado pela inflação, demonstrando uma economia para o Tribunal.





Adicionalmente, o valor de R\$ 8.388,00 continua alinhado com as contratações similares realizadas por outras entidades e órgãos públicos, confirmando sua adequação e conformidade com os padrões de mercado, conforme evidenciado na Nota de Empenho anexa a este ETP. Esta compatibilidade de preços reforça a viabilidade financeira da proposta e assegura a transparência e a eficiência no uso dos recursos públicos.

Portanto, a atualização do valor para R\$ 8.388,00 é justificada e vantajosa, garantindo que o Tribunal de Justiça da Bahia continue a se beneficiar de uma ferramenta essencial para a gestão tributária com um custo competitivo e ajustado às condições do mercado atual.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada para aprimorar a gestão tributária do Tribunal é caracterizada como uma solução simples, que por sua natureza autossuficiente, atende às necessidades operacionais sem a exigência de serviços complementares adicionais. Esta característica simplifica o processo de implementação e operacionalização, garantindo eficácia e eficiência sem a necessidade de contratações suplementares para manutenção ou instalação subsequente.

Dada a especificidade e a singularidade da solução requisitada para atender às necessidades do Tribunal, a modelagem da contratação foi definida como uma inexigibilidade de licitação. Tal decisão é justificada pela ausência de soluções equivalentes disponíveis no mercado que possam ser adquiridas por meio de processos licitatórios tradicionais, conforme se extrai da declaração de exclusividade anexa.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Ao considerar a contratação do software de gestão tributária, fica claro que a solução deve ser implementada por uma única empresa, detentora da exclusividade e do know-how necessário para oferecer o serviço de forma integral. A natureza do licenciamento de software, que demandam atualizações regulares, suporte técnico constante e uma integração segura com os sistemas existentes, justifica a contratação anual como um pacote completo, evitando a fragmentação do serviço e garantindo a eficiência e a eficácia do sistema.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a adoção do sistema web GESTÃO TRIBUTÁRIA, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia visa alcançar os seguintes resultados:

- 1. Otimização da Gestão Tributária:** Melhoria significativa na eficiência e na precisão da gestão de tributos incidentes sobre contratos, através de acesso facilitado a informações relevantes e atualizadas sobre impostos e contribuições.
- 2. Apoio à Tomada de Decisão:** Facilitação do processo decisório relacionado à tributação de pagamentos, com o suporte de ferramentas como o GT-Fácil e o simulador de cálculo, que permitem simulações rápidas e precisas.
- 3. Conformidade Fiscal:** Assegurar a conformidade com a legislação tributária vigente, por meio do acesso à legislação selecionada e atualizada, minimizando riscos de erros e penalidades associadas.
- 4. Eficiência Operacional:** Redução do tempo e dos recursos necessários para o cálculo e a retenção correta dos tributos, graças ao processo automatizado e ao acesso a 500 consultas por mês, particularmente com o plano Ouro.





5. Capacitação e Suporte: Melhorar o conhecimento e a capacitação dos usuários, com acesso a artigos e vídeos explicativos, garantindo a utilização efetiva do sistema e a resolução ágil de dúvidas.

Estes resultados pretendidos refletem o compromisso do Tribunal de Justiça da Bahia com a excelência operacional, a integridade fiscal e a responsabilidade na gestão de recursos públicos, alinhando-se aos objetivos estratégicos de modernização e eficiência administrativa.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Não se aplica.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

Considerando as análises e informações levantadas ao longo deste estudo técnico preliminar realizado em relação à necessidade de aquisição do sistema web "GESTÃO TRIBUTÁRIA" e levando em conta a compatibilidade deste sistema com as exigências operacionais e estratégicas do Tribunal de Justiça da Bahia, declara-se a viabilidade da contratação.

Salvador, 06 de junho de 2024

Amanda Cruz Feitosa e Almeida
Coordenadora de Liquidação
Cadastro: 969.751-9

Érica Franciele Carneiro de Oliveira
Coordenadora de Contabilidade
Cadastro: 968.994-0

Fernanda Vieira de Souza Bastos
Assessora da Diretoria de Finanças
Cadastro: 970.185-0



ANEXO I - MAPA DE RISCOS

Contratação Direta por Inexigibilidade

Sistema Informatizado Web-Gestão Tributária – Consultoria de Gestão Tributária

1. Em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, este instrumento, constitui o mapa de riscos referentes às fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização do contrato referente a serviços de software online de Gestão Tributária.
2. A partir da identificação dos riscos e da respectiva probabilidade de ocorrência e impacto, é possível definir a resposta aos riscos – reduzir, evitar, aceitar ou compartilhar - e estabelecer estratégias para cada situação.
3. A classificação qualitativa dos riscos foi realizada em termos de probabilidade de ocorrência e potencial impacto. Para tanto, foram utilizadas as seguintes escalas.

1. ESCALA DE PROBABILIDADE

Descrição	Frequência	Peso
Raro	Poderia ocorrer em circunstâncias excepcionais	1
Improvável	Não se espera que ocorra	2
Possível	Pode ocorrer em algum momento	3
Provável	Provavelmente ocorrerá na maioria das circunstâncias	4
Quase certo	Espera-se que ocorra na maioria das circunstâncias	5

2. ESCALA DE IMPACTO

Descrição	Frequência	Peso
Muito Baixo	Não exerce influência sobre os objetivos.	1
Baixo	Torna duvidoso a possibilidade de alcançar os objetivos.	2
Médio	Torna incerto o alcance dos objetivos.	3
Alto	Torna Improvável o atingimento dos objetivos.	4
Muito Alto	Impede a realização dos objetivos.	5

3. DESCRIÇÃO DO RISCO

3.1. Riscos no Planejamento da Contratação

CAUSA	RISCO	DANO	PROBABILIDADE	IMPACTO
R1	Definição de Requisitos da Contratação Insuficientes ou Indevidos	Contratação de solução que não atende à necessidade que originou a contratação.	Ineficiências e ineficácia da prestação dos serviços e problemas de gerenciamento e fiscalização dos contratos potencialmente aumentando custos operacionais.	1 4
R2	Estimativa da Contratação de quanti-	Excesso de licenças resulta em	2	2





	quantidade maior ou menor que a necessidade.	idade inadequada de licenças do software, levando a excessos ou deficiências que não correspondem às reais necessidades operacionais do Tribunal.	gastos desnecessários e subutilização dos recursos, enquanto a falta de licenças pode prejudicar a operacionalidade e eficácia do software, impactando negativamente a conformidade e a eficiência administrativa.		
R3	Deficiência na coleta de preços ou falha metodológica na realização da estimativa de custos	Obtenção de uma estimativa de preço imprecisa para a contratação do software	Decisões orçamentárias baseadas em avaliações de custo não representativas podem resultar em desembolso financeiro excessivo e questionamentos sobre a prudência fiscal da administração.	1	3
R4	Falta de abrangência na análise de viabilidade da contratação	Análise incompleta ou insuficiente das condições de mercado, requisitos técnicos, e conformidade regulatória.	A contratação pode resultar em soluções que não atendem plenamente às exigências legais ou às necessidades operacionais do Tribunal.	2	5
R5	Declaração imprecisa do objeto da contratação	Contratação de um serviço que não corresponde exatamente às necessidades ou expectativas do Tribunal	A falta de clareza na definição do objeto pode levar à aquisição de um software que não atende adequadamente às demandas operacionais e regulatórias, resultando em subutilização, inadequações funcionais e custos adicionais com ajustes ou novas contratações.	2	5
R6	Indisponibilidade de recursos orçamentários e/ou financeiros	Falta de liquidez ou restrições orçamentárias no momento requerido para o pagamento antecipado em cota única do software	Falha no pagamento antecipado pode resultar na não disponibilização do serviço.	1	5

3.1. Riscos na Gestão e Fiscalização do Contrato

CAUSA	RISCO	DANO	PROBABILIDADE	IMPACTO
R7	Ausência de designação formal do fiscal/suplente acarretando a falta de acompanhamento da execução contratual.	Gestão ineficaz e fiscalização deficiente do contrato	Comprometimento do resultado do serviço prestado.	2 4
R8	Elementos básicos do contrato não estão claros para as partes	Mal-entendidos ou interpretações divergentes dos termos contratuais entre o Tribunal e o fornecedor	Conflitos contratuais e litígios potenciais, atrasos na implementação ou na entrega de serviços, e possíveis custos adicionais devido a resoluções de disputas ou renegociações.	2 4
R9	Inadimplência da contratada.	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela contratada.	Responsabilização subsidiária em ações judiciais; rescisão contratual.	1 5



4. MAPA DE RISCOS

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Raro	2 Improvável	3 Possível	4 Provável	5 Quase Certo
Impacto	5 Muito Alto	R6 R9	R4 R5			
	4 Alto	R1	R7 R8			
	3 Médio	R3				
	2 Baixo		R2			
	1 Muito Baixo					

Legenda: **Crítico**, **Moderado**, **Pequeno**

4.1. A classificação qualitativa dos riscos foi realizada em termos de probabilidade de ocorrência e potencial impacto, utilizando o produto do peso das escalas.

5. CONTROLE INTERNO

R1 – Definição de Requisitos da Contratação Insuficientes ou Indevidos	
Objetivo	Garantir que os requisitos de contratação atendam à necessidade do Tribunal de Justiça da Bahia
Ações Preventivas	1. Estudo de documentos e contratos anteriores do TJBA; 2. Estudo de documentos vigentes em outros órgãos da Administração Pública; 3. Revisão dos instrumentos de planejamento para verificar a suficiência dos requisitos;
Ações de Contingência	1. Havendo insuficiência realizar a correção de forma tempestiva, reavaliando o prosseguimento.
R2 – Estimativa da quantidade maior ou menor que a necessidade	
Objetivo	Assegurar que a quantidade de licenças adquiridas atenda exatamente às demandas operacionais do Tribunal de Justiça da Bahia
Ações Preventivas	1. Análise de uso de software nos últimos anos para projetar necessidades futuras; 2. Consultas com os usuários para ajustar as projeções de acordo com as mudanças operacionais;
Ações de Contingência	1. Revisão e ajuste da quantidade contratada quando da necessidade de prorrogação no contrato.
R3 – Deficiência na coleta de preços ou falha metodológica na realização da estimativa de custos	
Objetivo	Obter uma avaliação precisa dos custos envolvidos para evitar excesso de gastos ou subfinanciamento.
Ações Preventivas	1. Realização de pesquisas de contratos similares em outros órgãos para formar uma base comparativa sólida.
Ações de Contingência	1. Renegociação dos termos financeiros com o fornecedor caso as estimativas iniciais mostrem-se inadequadas.





R4 – Falta de abrangência na análise de viabilidade da contratação

Objetivo	Assegurar que a análise de viabilidade seja completa, considerando todas as variáveis relevantes para garantir que a solução contratada atenda integralmente às exigências e necessidades do Tribunal.
Ações Preventivas	1. Realizar estudo técnico preliminar robusto, com pesquisa de mercado 2. Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos para buscar o maior número possível de fontes
Ações de Contingência	1. Corrigir tempestivamente as deficiências detectadas nos estudos preliminares.

R5 – Declaração imprecisa do objeto da contratação

Objetivo	Assegurar que a declaração do objeto da contratação esteja clara e precisa, correspondendo exatamente às necessidades do Tribunal.
Ações Preventivas	1. Realizar estudo técnico preliminar robusto; 2. Preparar documentos detalhados de requisitos com exemplos claros para evitar ambiguidades na interpretação.
Ações de Contingência	1. Estabelecer um protocolo de revisão caso discrepâncias ou questões surjam durante o processo de execução do contrato.

R6 – Indisponibilidade de recursos orçamentários e/ou financeiros

Objetivo	Garantir a disponibilidade contínua de recursos financeiros para o pagamento do contrato.
Ações Preventivas	1. Reservar dotação orçamentária adequada
Ações de Contingência	1. Realizar o planejamento orçamentário para a contratação pretendida.

R7 – Ausência de designação formal do fiscal/suplente acarretando a falta de acompanhamento da execução contratual.

Objetivo	Garantir a designação formal e adequada dos fiscais e suplentes para o acompanhamento eficaz da execução contratual.
Ações Preventivas	Implementar um procedimento padrão que exija a designação formal de fiscais e suplentes antes do início da execução de qualquer contrato.
Ações de Contingência	Caso seja identificado que um contrato está sendo executado sem a supervisão adequada, realizar uma revisão e designar imediatamente um fiscal e um suplente capacitados.

R8 – Elementos básicos do contrato não estão claros para as partes

Objetivo	Garantir que todos os elementos fundamentais do contrato sejam claramente entendidos por todas as partes envolvidas.
Ações Preventivas	Revisar detalhadamente o contrato antes da assinatura, garantindo que todos os termos e condições estejam claramente definidos e sejam compreensíveis.
Ações de Contingência	Revisar periodicamente o contrato, esclarecendo quaisquer aspecto que estejam sendo mal interpretados, ajustando documentação conforme necessário

R9 – Inadimplência da contratada

Objetivo	Prevenir a inadimplência da contratada em relação às suas obrigações legais e contratuais, protegendo o Tribunal de possíveis repercussões legais e financeiras.
Ações Preventivas	Prever em contrato as cláusulas de compliance, que exigem a manutenção da conformidade com as obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias.
Ações de Contingência	Aplicar penalidades previstas em caso de descumprimento, incluindo a possibilidade de rescisão contratual.

